Mulheres na Revista da Semana (1921-1925)

Women in the Weekly Magazine (1921-1925)

Mujeres en la revista semanal (1921-1925)

Nadezsda Eloídes Dolci[1]

Resumo: O presente artigo investiga as relações entre as práticas domésticas e alimentares na coluna Nossa alimentação e os papéis femininos e de gênero elaborados pela imprensa tradicional no Rio de Janeiro da década de 1920. Realizamos um levantamento de informações da coluna no período de 1921 a 1925, categorizando-a em 4 temáticas distintas de conteúdos abordados. A circunscrição feminina de modo privado se dava pela sociedade e pela legislação, com a mídia trabalhando pelo reforço das situações, vez que "ensinava" às mulheres bons hábitos e o domínio de técnicas que auxiliassem na administração das casas, casamentos e arranjos familiares.

Palavras-chave: Mulheres; revista; família; gênero.

Abstract: This article investigates the relationship between domestic and eating practices in the Nossa alimentação column and the feminine and gender roles developed by the traditional press in Rio de Janeiro in the 1920s. We surveyed information from the column from 1921 to 1925, categorizing it into four different themes of content. The private circumscription of women was determined by society and legislation, with the media working to reinforce these situations, as it "taught" women good habits and the mastery of techniques that would help in the administration of homes, marriages and family arrangements.

Keywords: Women; magazine; family; gender.

Resumen: Este artículo investiga la relación entre las prácticas domésticas y alimentarias de la columna Nossa alimentação y los roles femeninos y de género desarrollados por la prensa tradicional de Río de Janeiro en la década de 1920. Relevamos informaciones de la columna de 1921 a 1925, categorizándolas en cuatro temas diferentes de contenido. La circunscripción privada de la mujer estaba determinada por la sociedad y la legislación, y los medios de comunicación trabajaban para reforzar estas situaciones, ya que «enseñaban» a las mujeres buenos hábitos y el dominio de técnicas que ayudarían en la administración de los hogares, los matrimonios y los arreglos familiares.

Palavras-clave: Mujeres; revista; familia; género.

Introdução

A alimentação, considerada como tema e objeto de pesquisa, é uma produção relativamente recente, se comparada a outras temáticas no campo da investigação da História. As questões relacionadas à vida doméstica foram e estão sempre permeadas por reflexões

[1] *Bacharel em Direito (2015), com especialização em Direitos Humanos (2018). Mestre em História Universidade Federal de Santa Maria. https://orcid.org/0009-0003-3255-1421. E-mail: nadezsda_nad@hotmail.com.*

acerca de gênero, classes sociais, vestuário, moradia e alimento. Grande parte delas diz respeito ao espaço que, na primeira metade do século XX, era de responsabilidade exclusiva da mulher.

Com a nova perspectiva sobre análise de fontes trazida pela Escola dos Annales e a ampliação das relações entre campos distintos das ciências humanas e sociais nas pesquisas, tornou-se possível aprimorar os estudos no âmbito da História da Alimentação.

A respeito do aumento de interesse pelo campo,

> hoje, os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as Ciências Humanas a partir da premissa de que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. Neste sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é o lugar da alimentação na História (Carlos dos SANTOS, 2005, p. 12).

Trata-se de um extenso campo com potencial de exploração e que desperta interesses variados e possibilidades diversas, afinal, o estudo da alimentação é um vasto domínio multidisciplinar para o qual a História vem oferecer uma síntese ao reunir os recursos das diversas disciplinas para buscar desvendar em cada período do passado as informações alimentares e para poder efetuar a análise da dinâmica temporal das transformações da alimentação humana (Henrique CARNEIRO, 2003, p. 6). Aqui reafirma-se a relevância da pesquisa com alimentação no contexto da História, como meio de concretizar novos entendimentos acerca de práticas sociais e modos de vida em um determinado período.

É nesse mesmo momento, com os Annales, nos anos 1970, que outro campo de pesquisa se desenvolve, a História das Mulheres. Michelle Perrot é grande representante desses estudos na França, contribuindo para a historiografia geral do tema, organizando um dos volumes de História da Vida Privada (2009) e História das mulheres no Ocidente (1990). Com Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1990), Joan Scott se insere nas discussões acerca do gênero na história. Mais recentemente temos as contribuições de Judith Butler, como as trazidas em Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (2003).

O protagonismo feminino, a relação com a família e o lar e as discussões de gênero permeiam este estudo, na medida em que se consideram aspectos como o movimento de emancipação feminina no Brasil a partir da década de 1920 e uma fonte histórica produzida de

maneira direcionada para o público de mulheres donas de casa, que cozinhavam ou supervisionavam outras mulheres responsáveis por tal atividade.

Para melhor contextualizar as reflexões que orientam este artigo, apresenta-se a fonte de pesquisa: o periódico Revista da Semana, com enfoque na coluna Nossa Alimentação, localizada na seção da revista denominada de Jornal das Famílias. O recorte temporal abarca os anos de 1921 até 1925, totalizando 258 edições, disponíveis para consulta *online* na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O conjunto documental analisado apresenta significativos elementos de configuração do padrão de vida brasileiro, de uma classe média, para a década de 1920, momento em que se estava também estabelecendo um perfil de cidadão. O periódico sofre uma alteração editorial ainda nos anos 1910 e, no referido período de estudo, o que se apresenta é o desenho de um modo de vida voltado ao público especialmente feminino e branco.

Busca-se analisar as práticas alimentares e as representações sociais associadas à alimentação e à saúde promovidas pela imprensa, em especial a coluna Nossa Alimentação, visando compreender como essas orientações dietéticas se relacionavam com a construção de papéis femininos no Brasil durante a década de 1920.

Pretendemos contribuir com o campo da História Social e Cultural da Alimentação e as pesquisas sobre gênero[2], ao analisar como as orientações alimentares promovidas por mídias impressas no início do século XX moldaram as práticas e comportamentos das mulheres urbanas no Brasil. Ao longo do estudo, destaca-se a maneira como essas revistas participaram da construção de uma normatividade alimentar e de saúde voltada para o controle dos papéis femininos no contexto da modernidade brasileira e, ao explorar como as práticas alimentares refletem dinâmicas de poder e controle social, espera-se que o estudo contribua para a compreensão das complexas relações entre mídia, alimentação e identidade no Brasil da década de 1920.

[2] *A temática pode ser encontrada em trabalhos como PILLA, 2015; DÓRIA, 2021; GIARD, 1996; ASSUNÇÃO, 2008.*

"Este pequeno jornal conservará uma feição pratica, familiar, e no seu programma vão figurar as materias de utilidade diaria na vida do lar"

A Revista da Semana foi um periódico de circulação semanal, veiculado aos sábados, na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, que podemos classificar – ao menos durante o recorte utilizado – como um exemplar do que se chama de imprensa feminina. Acerca da publicação

> A *Revista da Semana*, fundada por Álvaro de Tefé, começou a circular a 20 de maio de 1901, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras; passou logo à propriedade do *Jornal do Brasil*, que a vendeu, em 1915, a Carlos Malheiros Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão (Nelson SODRÉ, 1999, p. 297).

Entretanto, a partir de consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é possível verificar o exemplar apresentado como "Anno 1 – n. 1[3]" da revista, datado de 20 de maio de 1900. É provável que a digitalização do arquivo, posterior à obra de Nelson Sodré, tenha permitido a verificação da data anterior a que é citada pelo referido autor, o que também explica as divergências de datas encontradas em outras obras que tratam da primeira publicação.

Em Imprensa Feminina, informa-se que

> A Revista da Semana [...] trazia notícias, editoriais, comentários, um pouco de literatura, uma seção intitulada "Cartas de Mulher", com uma espécie de crônica, "Jornal das Famílias", com moda, beleza, trabalhos manuais etc. Foi o melhor produto do gênero durante algumas décadas (Dulcília BUITONI, 1990, p. 42).

Importante salientar que a revista, desde sua criação até o período em estudo, passou por reformulações editoriais. O foco no público feminino não estava presente desde o início,

> Uma das mudanças editoriais mais sensíveis pode ser observada em relação às colunas, ligadas ao que na época se denominava "literatura de aconselhamento", uma prática comum em várias revistas desse período. As temáticas envolvidas nessas editorias abarcavam desde conselhos médicos e de beleza até sugestões de comportamento e consultórios sentimentais. Uma parte importante da *Revista da Semana* passou a ser destinada em um primeiro momento às *Cartas de Mulher*: crônicas sobre fatos da atualidade assinadas por "Iracema". Normalmente posta no início da revista, essa seção, [...] caracterizava-se justamente por apontar os fatos do cotidiano sob um ponto de vista feminino (Eliza CASADEI, 2017).

[3] *Ao longo do texto manteremos a grafia original da época.*

Acerca dos responsáveis pela criação e manutenção da revista, Álvaro de Teffé von Hoonholtz [4], fundador da Revista da Semana, assim apresentado em variadas edições, inclusive com fotos, era filho do barão de Teffé – Antônio Luís von Hoonholtz – considerado um herói da Guerra do Paraguai. Álvaro é listado, na 68ª edição do Almanak Laemmert, como secretário da Casa Civil da Presidência da República (ALMANAK LAEMMERT, 1913, p. 665). Carlos Malheiros Dias era jornalista, diplomata, escritor e autor do romance "A mulata". Nasceu em 1875, no Porto, filho de um português e uma brasileira (natural do Rio Grande do Sul). Graduou-se em Letras na Universidade de Coimbra. Viveu grandes períodos no Brasil e era contrário à República (Fabrizia CARRIJO, 2011, p. 194-196). Faleceu em 1941, em Portugal, de acordo com a edição 43 da revista de mesmo ano. Aureliano Machado figurava, no cabeçalho da publicação, como responsável por receber as correspondências endereçadas à revista, com o cargo de Diretor-gerente. A última página indicava, em seu rodapé, a informação de "Officinas Graphicas Aureliano Machado". A edição 27 de 1950 informa que Artur Brandão desligou-se dos negócios em 1918, mudando-se para Portugal e ingressando na política.

Cabe lembrar que a Revista da Semana não foi o único periódico do gênero. No início dos anos 1900 e concomitantemente ao recorte analisado circulavam pelo Rio de Janeiro e demais localidades outros exemplos de revistas femininas, visando um público feminino de jovens e donas de casa, informando sobre as questões da moda, cuidados com o lar e a família, como é o caso de Fon-Fon, Jornal das Moças, Vida Doméstica e Unica.

Quanto à coluna Nossa Alimentação, localiza-se na seção da revista denominada de Jornal das Famílias. A inauguração da seção se dá na edição 30, de setembro de 1915, conforme catalogação da Hemeroteca Digital. No entanto, no cabeçalho, juntamente com a informação dos conteúdos que serão abordados - Modas, Costumes e Bordados, A vida no lar, Receitas e Conselhos praticos, Economia Domestica, Hygiene da Bellesa, Alimentação - encontramos a data de 04/09/1914. A edição seguinte, de 11 de setembro de 1915, apresenta o ano de 1915 no início do jornal, o que nos faz crer que a data de 1914 foi um equívoco. O texto de apresentação informa que naquele exemplar se está inaugurando uma seção demandada pelas leitoras e na qual ocorrerá a inclusão dos assuntos que se demonstrarem de maior interesse à vida doméstica

[4] Sua irmã, Nair de Teffé, foi primeira-dama do Brasil entre 1913 e 1914 (esposa do mal. Hermes da Fonseca) e primeira cartunista mulher do Brasil, publicando em jornais da época sob o pseudônimo Rian. Também responsável pela execução e (escândalo) da composição *Corta Jaca*, de Chiquinha Gonzaga, no Palácio do Catete em 1914.

e da dona de casa (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49). Reafirma-se o compromisso com os assuntos que serão futuramente apresentados e invoca-se a participação das leitoras no processo. A introdução cita que

> Este pequeno jornal conservará uma feição pratica, familiar, e no seu programma vão figurar as materias de utilidade diaria na vida do lar, comprehendendo secções de costura, bordados, alimentação, moda, conselhos e receitas, economia domestica, informações, etc. Destinando-se ás senhoras, este pequeno jornal, que ha de progressivamente engrandecer-se, procurará servil-as em todas as suas necessidades de conhecimentos praticos e responderá a todas as consultas que lhe forem dirigidas (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49).

Uma importante e interessante informação é a que se extrai do anúncio da nova seção, contida no trecho que afirma que

> A competencia da colaboradora a quem a Revista da Semana confiou a tarefa delicada de redigir o Jornal das Familias permitte-nos a segurança com que promettemos ás nossas leitoras offerecer-lhes um verdadeiro manancial de conhecimentos uteis, que cada senhora lerá com agrado e com proveito (REVISTA DA SEMANA, 1915, p. 49).

Sugere-se, portanto, que uma mulher é a responsável pelos conteúdos produzidos para a seção, no entanto, não há uma apresentação nominal, tampouco assinatura ao final dos textos apresentados, o que impede a afirmação de autoria da coluna, bem como a verificação de que era de fato escrita por uma mulher. Sabe-se que, por vezes, homens assinavam produções com pseudônimos femininos para uma melhor correspondência com o público, como é o caso de Ana Rita Malheiros, colaboradora na Revista Feminina[5], fundada por Virgilina de Souza Salles.

> Ana era respeitada, suas palavras mereciam a consideração do público, compartilhando com este a defesa dos valores tradicionais. [...] Malheiros seria o símbolo feminino dos ideais da revista... *se fosse realmente uma mulher*. Ana, na verdade, era o pseudônimo sob o qual se expressava Cláudio de Souza, irmão de Virgilina, médico, teatrólogo, membro da Academia Brasileira de Letras. O segredo, tão bem guardado, nunca chegou ao conhecimento do público (Sandra LIMA, 2007, p. 238).

Consideramos ainda a possibilidade de a coluna ter mais de uma pessoa como responsável por sua elaboração. Alguns elementos para essa interpretação são: a grande variedade de temas; a utilização de termos diferentes para se referir a um mesmo assunto – como vegetarismo e vegetarianismo ao abordar um mesmo modelo de regime; edições que,

[5] *Criada em São Paulo e com circulação entre 1914 e 1936, com viés de emancipação das mulheres.*

mesmo com intervalos pequenos entre si, apresentam contradições entre as prescrições que apresentam; e, por fim, a diferença de nomeação em algumas edições do ano de 1925 – entre as 52 publicadas no ano, 29 foram nomeadas como A Nossa Alimentação, fato ocorrido somente no ano mencionado.

Acerca da produção editorial voltada às leitoras,

> Os desejos das mulheres foram muitas vezes transformados em mercadoria pela imprensa feminina, aliás, dentro das regras de uma economia capitalista. A imprensa para mulheres também já exerceu a função conscientizadora, a função catártica, psicoterápica, pedagógica, de lazer. [...] A imprensa feminina é múltipla e por isso permite uma infinidade de abordagens (BUITONI, 1990, p. 69).

A Revista da Semana é exemplo disto, com um conteúdo que, ao menos durante o período estudado, era variado e atendia as mais diversas demandas femininas, tanto em relação aos textos, colunas e citações quanto em relação às propagandas, que iam de produtos de beleza à utensílios domésticos, roupas e espaços de lazer e sociabilidade.No Brasil, a proclamação da República (1889) promove uma intensa transformação social: o fortalecimento da família burguesa e o século XX batendo à porta, a urbanização e a modernização da sociedade, exigem novos modelos femininos (Rosa GAUTÉRIO, 2015, p. 27).

A imprensa vai desempenhar significativo papel, no sentido de propagar os comportamentos desses novos modelos femininos cariocas, sobretudo pelas relações sociais serem intermediadas de modo quase exclusivo por padrões econômicos e também mercantis, em consonância com a recente e nova ordem social (Nicolau SEVCENKO, 1999, p. 39). Há tanto influência na reprodução do que se considerava adequado quanto o estabelecimento de novas condutas entendidas como necessárias e bem-vindas ao cotidiano moderno que se aproximava.

“Uma dona de casa economica e preoccupada com o bem-estar dos seus cuidará muito da cozinha”

Como já citado, é a edição de número 30, de 1915, que lança o Jornal das Famílias, onde encontramos o que parece ser o título da coluna, já grafado, aparentemente, como Nossa Alimentação. Em razão da digitalização do material não é possível afirmar que o nome era, de fato, esse, mas é o que nos parece mais lógico, sobretudo pela incidência desse mesmo título em tipografias diferentes em outros exemplares.

A primeira versão do título, em razão da digitalização feita a partir de microfilme, encontra-se bastante escurecida nas bordas, mas a figura central pode ser vista com clareza, e a imagem apresentada é de uma mulher de avental, que parece estar próxima de um aparador com pratos. Em um exemplar de 1921 a imagem é bastante legível e podemos ler tanto o título quanto reconhecer o que parece ser uma releitura da versão de 1915. Temos um desenho de traço mais fino e simples de uma mulher branca, novamente de avental, manejando uma panela sobre um fogão.

Ambas as imagens remetem a uma figura feminina que maneja utensílios em uma cozinha e traja uma espécie de uniforme, o que nos parece um elemento de indicação de que trata-se de uma empregada na casa, afinal "fica claro que o ato de preparar o alimento diário à beira do fogão, mesmo sendo ele um 'moderno equipamento a gás', não era digno de pessoas com maior poder aquisitivo ou prestígio social" (Débora OLIVEIRA, 2013, p. 107). A segunda versão ainda agrega à composição do cenário, de maneira mais explícita, o elemento de uso do fogão. Não se pode afirmar o tipo do equipamento, se movido a lenha ou a gás. Em São Paulo, nesse período, a companhia Light estava iniciando suas atividades e colaborando para a implementação das inovações da modernidade, como os bondes e a luz elétrica pública. O fornecimento de gás de cozinha seria uma das novidades apresentadas pela companhia e "o evento que marca a inclusão da empresa nesse novo mercado foi a instalação do primeiro fogão a gás no Brasil, em 1901, no Palácio do Governo de São Paulo" (OLIVEIRA, 2013, p. 104).

Ao longo dos 5 anos analisados, a única versão do título que apresenta a imagem feminina é o modelo de 1921, replicado em outras edições, mas aparentemente sem nenhuma correlação com os conteúdos ou qualquer outro elemento do texto. O ano de 1921 é o de maior incidência desse cabeçalho: entre as 52 edições, 36 foram publicadas com essa imagem. Em 1922, o número cai para apenas 7. Os anos de 1923, 1924 e 1925 já não apresentam mais a imagem. No início do século XX ou mais recentemente, "[...] a cozinha feminina é um dos pilares do poder da mulher e o lugar onde ela segue administrando a tradição alimentar: na alimentação árabe, judaica e em tantas outras de feição étnica tradicional, a figura da mulher-cozinheira permanece central (Carlos DÓRIA, 2021, p. 200).

Fosse como responsável pela cozinha ou como empregada, a função dos preparos alimentares da família brasileira estava designada à uma figura feminina. Concordamos que "assim, pode-se pensar a cozinha (e a culinária) como um vetor de comunicação, um código complexo que permite compreender os mecanismos da sociedade à qual pertence, da qual emerge e a qual lhe dá sentido" (Maria Eunice MACIEL, 2004, p. 26).

A fonte analisada foi classificada a partir de 4 temáticas: alimentação, saúde, etiqueta e conselhos domésticos e, por vezes, a uma mesma edição se atribuiu mais de um tema.

O número 14 de 1921 se classifica como conselhos domésticos, se intitula "Sciencia culinaria", e explica que a dona de casa deve entender da arte culinária de modo a ser capaz de orientar sua cozinheira. Tais conhecimentos serviriam também para a realização das tarefas com economia e para eventuais adaptações de ingredientes. O trecho final sugere que as moças não deixem de aprender a cozinhar na casa da mãe, pois é assim que poderão receber os ensinamentos e desenvolver as aptidões que delas serão exigidas. No mesmo ano, a edição 44 se classifica como conselhos domésticos e alimentação e se intitula "Indicações para as donas de casa". Nela encontramos o elemento econômico, pois se diz que com a alta dos preços a dona de casa deve saber gastar seu dinheiro, principalmente na escolha dos alimentos que a família precisa, mas que podem representar economia, usando-se o leite como exemplo, que apesar de caro é alimento completo e versátil.

Em 1922, no número 6, "A arte de aproveitar os restos", o texto informa que aproveitar os restos é um predicado que a boa cozinheira deve ter, cada alimento tendo uma aplicação, seguindo-se sugestões de como fazer combinações e usos para alguns alimentos. A edição 16, "O menu", afirma que compor um menu não é uma tarefa simples, no entanto, para quem possui um cozinheiro à disposição, será mais fácil, pois bastará revisar e corrigir as sugestões do auxiliar. Já aqueles com uma cozinheira focada no trivial e um orçamento apertado enfrentarão mais dificuldades. Há uma distinção entre o cozinheiro capaz de ajudar na elaboração de um jantar e a cozinheira disponível para a mesma finalidade. Lembremos que "empiricamente sabemos que a 'mulher na cozinha' é uma categoria diferente da de 'homem na cozinha' e, por trás dessa diferença, operam níveis mais profundos da cultura" (DÓRIA, 2021, p. 197). O texto afirma que havendo um cozinheiro à disposição das donas de casa, a elaboração de um menu será fácil; caso haja apenas uma cozinheira, do trivial, e um orçamento restrito, haverá mais dificuldade.

> Na França, é de tradição que a responsabilidade caiba quase exclusivamente às mulheres e que essas tarefas sejam objeto de sentimentos ambivalentes: a cozinha francesa é valorizada em relação à das nações vizinhas, a importância da alimentação infantil e da higiene da família é sublinhada pela mídia, a responsabilidade e o papel da dona-de-casa como principal compradora e provedora do lar são priorizados. Ao mesmo tempo, esse trabalho é considerado monótono e repetitivo, desprovido de inteligência e de imaginação; é mantido fora do campo do saber, negligenciando-se nos programas escolares a educação dietética (Luce GIARD, 1997, p. 218).

Nos parece que, embora o cozinheiro seja chamado de auxiliar, este ocupa um lugar profissional, de respeito, enquanto a cozinheira é apenas uma empregada, que cumpre tarefas e não dispõe de grandes conhecimentos técnicos tampouco prestígio.

Em 1923, o número 9, sem título, classificado como saúde, informa que a alimentação deve repor a força e o calor que se perde ao longo dia e que a dona de casa deve considerar a cozinha como um laboratório, com os alimentos representando força e saúde. À mulher se designa o papel de administradora também da saúde familiar.

Em 1924, na edição 3, "Pratos frios para dias quentes", explica-se que o verão é estação difícil para as cozinheiras, pois o fogão gera grande calor e os alimentados estarão previamente aborrecidos e sem fome. Ainda, aponta que jovens donas de casa, inexperientes com as estações, não saberão o que fazer e, portanto, listam-se boas receitas de pratos frios que se adequarão às circunstâncias.

Por fim, em 1925, edição 29, "As vitaminas", a coluna faz uma apresentação das vitaminas, de como são importantes para o corpo, como se classificam e agem no organismo. Ao final do texto apela-se às donas de casa para que pensem nas vitaminas em seus menus familiares, novamente atribuindo a responsabilidade pela qualidade de vida familiar à mulher.

O Brasil e, principalmente, o Rio de Janeiro da década de 1920, eram ainda muito conservadores, sendo a cozinha não apenas um espaço funcional, mas também um local simbólico onde se manifestavam os valores e expectativas sociais atribuídos às mulheres. A cozinha era um dos principais palcos onde se desempenhava o papel de "boa esposa" e "boa mãe". Os exemplos citados são apenas alguns entre a diversidade de prescrições oferecidas pela revista.

Essa identidade feminina estava intrinsecamente ligada à manutenção da ordem doméstica, um microcosmo da ordem social. A simbiose entre mulher e lar refletia-se na própria culinária, que operava como um código de significados culturais: a habilidade em preparar refeições não era apenas uma demonstração de competência prática, mas também de virtude moral, zelo familiar e conformidade com os papéis de gênero da época.

Ainda a respeito da identidade, Judith Butler faz importante apontamento acerca da construção de posturas e modelos femininos, pois entende que o conjunto de atos "encenados" pode ser compreendido como uma identidade que se desenvolve progressivamente pela repetição estilizada de atos. Ainda, nessa composição pela estilização do próprio corpo, o gênero passa a ser compreendido como modo habitual pelo qual gestos corporais, movimentos e encenações de toda ordem criam a fantasia do "eu" generificado definitivo (Judith BUTLER, 2018, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Luce Giard faz uma reflexão sobre sua própria experiência com o aprendizado de hábitos culinários, dos quais ela sempre quis escapar.

> Entretanto, meu olhar de criança viu e memorizou gestos [...]. Bastariam uma receita ou uma palavra indicativa para suscitar uma estranha anamnese capaz de reativar, por

> fragmentos, antigos sabores e primitivas experiências que, sem querer, havia herdado e estavam armazenadas em mim. Tive que confessar que também em mim se aninhava um saber de mulher que sorrateiramente havia escorregado para dentro de mim, burlando a vigilância de meu espírito. Algo que me vinha do corpo, agregando-me ao grande corpo das mulheres de minha linhagem, para incorporar-me ao seu grupo anônimo (GIARD, 1997, p. 213-214).

O papel feminino reforçado pela revista se compunha tanto do entendimento de que aquele modelo sempre esteve posto e presente, quanto da necessidade da reafirmação para sua manutenção e aperfeiçoamento, conforme as necessidades da sociedade.

Além disso, é importante notar como a esfera doméstica influenciava a esfera pública. O sucesso ou o fracasso da vida social masculina muitas vezes era atribuído à estabilidade e harmonia do lar, que recaíam sob a responsabilidade feminina. E, embora algumas mulheres estivessem ingressando no mercado de trabalho, em razão da publicação do Código Civil de 1916, o seio familiar ainda era o local feminino por excelência e era dever delas zelar pela manutenção da família e da ordem doméstica, limitando suas atuações públicas. Cabia à mulher, portanto, a administração das condições familiares e das necessidades econômicas da residência, de modo que a revista preconizava as atitudes exemplares e adequadas a ser adotadas.

Assim, o código complexo (MACIEL, 2004, p. 26), pode ser compreendido como um conjunto de normas sociais, valores e simbolismos que transcendiam o espaço físico da cozinha, em que se percebiam dinâmicas de poder, gênero e identidade, evidenciando como a culinária e a domesticidade eram, simultaneamente, uma prática cotidiana e um discurso cultural.

A partir da perspectiva das representações, explorada por Roger Chartier, é possível compreender a Revista da Semana enquanto um periódico que refletia e moldava os hábitos e costumes sociais do Rio de Janeiro no início do século XX, atuando não apenas como veículo de informação, mas também como agente cultural promotor de ideais e valores da época (CHARTIER, 1991).

Pela publicação de conteúdos como contos literários e artigos informativos de caráter histórico, a revista influenciava a construção de identidades e a disseminação de narrativas que dialogavam com o curso das transformações sociais. Em paralelo, as publicidades revelavam seu papel estratégico na propositura de práticas de consumo, estimulando as leitoras e os leitores a adotarem novos estilos de vida, por meio da divulgação de produtos como mobiliários modernos, roupas da moda, inovações tecnológicas voltadas ao lar e medicamentos.

Além disso, a revista informava ao público o andamento do processo de modernização da cidade, destacando iniciativas de urbanização, obras de infraestrutura e eventos, símbolos de progresso. Assim, ocorria não somente a documentação das mudanças urbanas, mas também a

participação na formação de um imaginário coletivo, alinhado às ideias de modernidade e desenvolvimento, além do registro da incorporação de transformações culturais, apreendidas por esta pesquisa.

O Rio de Janeiro de 1920

O período de 1921 a 1925 situa-se em um momento histórico denominado de Primeira República, que se inicia em 1889 e se estende até 1930. O país vivia um processo de transformação, sobretudo político. Deixamos de ser um Império para nos tornarmos uma República em 1889. Nesse momento já há elementos significativos de alterações sociais que devem ser considerados, vez que

> É na segunda metade do século XIX, que a influência francesa atinge o seu auge no Brasil, determinando os modelos da vida social e cultural, através das suas referências intelectuais e filosóficas, como as da pintura, da decoração, da culinária e da moda. Na maioria dos textos da extensa lista de cronistas que caracterizaram a vida na cidade no final dos oitocentos, é freqüente a referência ao "novo", mesmo que, por vezes, não aparecesse associado ao urbano, pois, aparentemente, o "novo" não poderia vencer a resistência do passado. Muitos cronistas saudavam esse tempo de progresso convictos de que tudo nele inspirava a mudança da fisionomia urbana exigida por uma metrópole (Maria de Fátima MATTOS, 2006, p. 393).

Na virada do século algumas cidades começavam a despontar industrialmente e conflitos na seara agrária ainda eram comuns. Uma série de políticas e medidas ainda estavam em processo de implementação e estruturação. A organização de novas formas de trabalho estava em curso e seria vista como capaz de incitar um sentimento em relação a uma nacionalidade, vencendo traços de uma sociedade entendida como colonial – preguiça e rotina – permitindo que o país recebesse a dádiva da civilização e do capital de países europeus e desenvolvidos (Sidney CHALHOUB, 2012, p. 48).

No Rio de Janeiro havia um prenúncio de novos tempos,

> A introdução dos novos hábitos e práticas de consumo foi impulsionada por um revigorado dinamismo cultural por meio das revistas ilustradas, principalmente a partir de 1900, quando a Revista da Semana passou a introduzir a publicação de fotos na sua edição. As publicações ofereciam um modelo e, de certa forma, criavam um parâmetro de comportamento social, através das referências estrangeiras, normalmente citadas, como normas de conduta. A criação do fonógrafo, das salas de cinema e dos salões de dança, bem como a difusão das práticas desportivas eram divulgadas como importantes inovações (MATTOS, 2006, p. 395).

As questões sanitárias eram também elemento gerador de mudanças e um exemplo de distúrbio social do momento foi a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em novembro de 1904. Tais questões estavam inseridas em um cenário mais amplo, se considerarmos que a

> Primeira cidade brasileira a sofrer um amplo projeto de reformas após o advento republicano, referenciado no exemplo "civilizador" da Paris haussmanniana, o Rio de Janeiro, capital da nação até 1960, seria alvo das mais variadas tentativas de controle das moradias, no sentido de harmonizar as vizinhanças e estender à dimensão coletiva pública, os padrões de privacidade controlada e estável (Paulo MARINS, 1998, p. 137).

A capital contabilizava, já em 1920, 1.157.873 habitantes, conforme o censo, e o período inspirava grandes mudanças no entendimento do que era ser brasileiro no início do século XX. O Movimento Modernista se desenhava em São Paulo com reflexos nas demais regiões e havia uma pretensão de consolidar uma identidade nacional. A gastronomia inclusive foi uma das vertentes para a qual se voltaram olhares na tentativa de determinar algo que ilustrasse o Brasil.

Se ainda não era possível definir o perfil do brasileiro, ou não se estava totalmente em discussão essa definição no seio das famílias de classe média, ao menos os padrões socialmente aceitáveis estavam sendo difundidos pelas revistas femininas e propagados como o que deveria ser seguido, do modo a portar-se em sociedade elegantemente até as últimas tendências de moda e educação.

Muito embora o foco de análise não seja o conteúdo da revista em sua integralidade, entendemos o periódico como de um perfil bastante conservador, defensor de uma perspectiva política oriunda da elite carioca, noticiando, por exemplo, nos primeiros exemplares analisados, questões relativas à monarquia[6], mas sem se indispor com os novos líderes republicanos.

A respeito do grande canteiro de obras em que se tinha transformado o Rio de Janeiro, sabemos que foram iniciadas pelo prefeito Pereira Passos, ainda no início dos anos 1900, com outros nomes de vulto no país envolvidos. Um deles foi Paulo de Frontin, a quem coube a notável obra de abertura da Avenida Central, atravessando a Cidade Velha até o norte das docas. Já Pereira Passos recebeu de Rodrigues Alves autoridade irrestrita para conduzir as reformas no restante da cidade, tornando-se responsável pelo planejamento de toda a urbe, exceto o porto e vias adjacentes (Jeffrey NEEDELL, 1993, p. 55).

A revista apresentava um quadro considerável e variado de propagandas pagas, tais como concessionárias e marcas de carros, um sortimento de remédios para males variados, loja de roupas, chapelaria, produtos de beleza femininos e masculinos, lojas de móveis, ou seja, uma miríade de novos e, destaque-se, modernos, produtos a serem consumidos pela sociedade carioca. Cabe aqui apontar que

[6] *Saliente-se que o primeiro ano de análise é 1921 e a revista já estava em uma esteira de publicações voltadas à comemoração do centenário da Independência em 1922.*

> Com a segmentação proporcionando a delimitação do público-alvo e de seus colaboradores, as revistas puderam definir quais as publicidades que teriam espaço em suas páginas. Essa venda de espaço foi primordial para manutenção da continuidade das atividades desses periódicos, uma vez que seus custos ficavam cada vez mais elevados com o incremento de novas tecnologias empregadas em suas publicações (Nielly PASTELLETTO, 2021, p. 61).

O cotidiano social da vida carioca do período se desenha a partir de notícias e comentários acerca de questões como a vida da antiga princesa do Brasil, os jogos de cricket, os banhos de mar de moças filhas da elite, as corridas de cavalos, os novos filmes que estavam sendo apresentados.

A seção do Jornal das Famílias encontra-se sempre ao final do exemplar e apresenta um compilado de temáticas variadas, com uma proposta clara de direcionamento principal ao público feminino e que evidencia um tom de modernidade que se pretende "vender" às mulheres.

Em se tratando do público leitor, sendo ele especificamente feminino, há que se falar das demais áreas pertinentes à vida feminina nesse período. Nesse sentido, falemos das questões de ordem jurídica. A legislação de maior impacto na vida das mulheres brasileiras no início do século XX era o Código Civil de 1916[7], que teve sua elaboração encomendada ao jurista Clóvis Bevilaqua, pelo então ministro da justiça Epitácio Pessoa.

Nesse sentido,

> O sonho de uma nação moderna, iluminada pela ciência e pensada nos termos europeus, envolvia também a adequação ou alteração dos códigos privados, que, longe dos mecanismos públicos ou... desprezando-os e desobedecendo a eles, misturavam-se ao jogo contrastante e dinâmico de tempos e espaços, articulados aos próprios movimentos da vida (Elias SALIBA, 1998, p. 294-296).

Acerca da elaboração da legislação, explica-se que

> Esse código resultou de muitas tentativas de fornecer ao país um conjunto coerente de leis civis para substituir a vetusta legislação portuguesa ainda em vigor. Em troca da proteção do casamento, os elaboradores do Código estabeleceram o homem como chefe da família (Teresa MARQUES; Hildete MELO, 2008, p. 468).

O citado código teve seu texto substituído integralmente somente em 2002, com a elaboração do Novo Código Civil[8]. O texto de 1916 faz apontamentos sobre a vida privada e

[7] *Lei n. 3.071 de 01 de janeiro de 1916.*
[8] *Lei n. 10.046 de 10 de janeiro de 2002.*

doméstica feminina, como por exemplo nos artigos 6º e 36 da Parte Geral, Livro I, Título I, Capítulo I, ao relatar a incapacidade[9]

> Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, I10), ou à maneira de os exercer:
> I - os maiores de 16 (dezesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos (arts. 154 a 156).
> II - as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
> III - os pródigos.
> IV - os silvícolas.

Para tal legislação, a mulher casada não era um ente dotado de plena capacidade civil, devendo sujeitar-se ao marido.

> Art. 36. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.
> Parágrafo único. A mulher casada tem por domicílio o do marido, salvo se estiver desquitada (art. 315), ou lhe competir a administração do casal (art. 251).

No mesmo sentido é o que se expressa no art. 36, que vincula a mulher ao domicílio do marido. Embora o casamento seja um contrato, em análise fria, o Código Civil aqui apresentado expunha uma situação pouco equilibrada entre as partes envolvidas, com uma clara situação de hipossuficiência feminina.

Já no Título II, Capítulo II, no artigo 233, apresenta-se a função do marido

> Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal. Compete-lhe:
> I - a representação legal da família;
> II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I e 311);
> III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, n. IV);
> IV - o direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III);
> V - prover a mantença da família, guardada a disposição do art. 277.

Aqui vemos que homens e mulheres ocupavam e representavam postos muito distintos no casamento, e essa lógica é justificada pelo que se segue, vez que

> O autor da primeira versão do Código, Clóvis Bevilácqua (1859-1944), justificou essa divisão dos deveres conjugais em função dos papéis sociais distintos entre homens e mulheres, cabendo aos primeiros ocupar o espaço social público, enquanto a mulher

[9] *O termo trata da capacidade jurídica para o exercício dos atos da vida civil em próprio nome, contraindo deveres e tendo direitos.*

[10] Art. 147. É anulável o ato jurídico: I - por incapacidade relativa do agente (art. 6º); II - por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude (arts. 86 a 113).

> estaria à frente do *domus* como responsável pelo bem-estar emocional dos membros da família (MARQUES; MELO, 2008, p. 469).

À mulher estava destinada a função de cuidar do lar, dos filhos, manter e zelar pela harmonia da casa e da instituição familiar. Estabelecia-se que os ambientes de convívio externo não eram adequados para as mulheres, ou seja, não deviam neles estar, tampouco manifestar-se socialmente. Cabe lembrar que o direito de voto somente foi concedido às mulheres em 1932[11].

No Título II, Capítulo III, artigo 242, apresentam-se as limitações à mulher

> Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):
> I - praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235);
> II - alienar ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, II, III e VIII, 269, 275 e 310);
> III - alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem;
> IV - aceitar ou repudiar herança ou legado.
> V - aceitar tutela, curatela ou outro munus público.
> VI - litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados no arts. 248 e 251.
> VII - exercer a profissão (art. 233, IV)
> VIII - contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

O referido artigo nada mais é do que o reflexo do já citado artigo 6, que trata da incapacidade. Uma vez incapaz, mesmo que relativamente, a mulher torna-se alguém que precisa de autorizações[12] por não ser totalmente responsável por si. Importante ressaltar o inciso VII, com a previsão de que a mulher só poderia trabalhar se expressamente autorizada pelo cônjuge, o que reforçava o estigma da mantenedora da ordem do lar e restrita ao ambiente doméstico.

> A reprodução da categoria de gênero atua em uma grande escala política quando, por exemplo, as mulheres ingressam pela primeira vez em uma profissão ou conquistam determinados direitos, ou quando são reconcebidas pelo discurso jurídico e político de uma maneira significativamente nova (BUTLER, 2018, p. 8).

Ou seja, a determinação da circunscrição feminina ao ambiente privado e particular se dava pela sociedade, pela legislação, e a mídia trabalhava pelo reforço dessas situações, uma vez que "ensinava" as mulheres a terem bons hábitos e dominar técnicas que auxiliassem na boa administração de suas casas, casamentos e arranjos familiares.

---

[11] Pelo decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o Código Eleitoral. A Constituição de 1934 o incorporou, mas somente se tornou obrigatório, sendo de fato equivalente ao dos homens, em 1965.
[12] Como prevê o art. 243, que estabelecia que deveria ser um instrumento público ou particular autenticado.

Considerações finais

O perfil das determinações e posturas que se apresentou estruturava condições sociais aderentes a um conjunto da comunidade brasileira no período, não sendo cabível em todos os setores e classes. Foram mulheres vinculadas, sobretudo aos círculos das elites, as mais alcançadas com as informações formuladas e reproduzidas pela Revista da Semana e a coluna Nossa alimentação. A publicação reforçava um perfil comum de padrões de comportamento idealizados, que não eram passíveis de serem adotados por todas as famílias. Grupos mais humildes adotavam os hábitos e modos de vida que lhes eram possíveis.

Abordou-se, portanto, o impacto da imprensa em um grupo social mais restrito, mas em que se pode perceber as dimensões da atuação da mídia na construção e reforço dos padrões femininos sociais pensados para o período.

O eixo de intepretação de gênero permite que se perceba a importância da reprodução do modelo idealizado de mulher para perpetuação do status quo de submissão e sujeição feminina na sociedade conservadora, o que se percebe ter funcionado muito bem, em termos de ordenamentos oficiais, com o código civil, legislação revogada por completo somente no início dos anos 2000. Ainda que as leis tenham sofrido alterações ao longo dos anos e as condições tenham se flexibilizado, a manutenção de um ordenamento durante tanto tempo reflete uma aceitação da sociedade em relação ao que estava ali proposto.

O espaço doméstico da cozinha talvez seja o símbolo de maior representação da condição feminina no espaço privado e os atos culinários a perpetuação dos gestos que compõem o desenho do papel de gênero que se propaga e tenta perpetuar como adequado, permanente e inalterável. Já a mídia se mostra como grande responsável tanto pela afirmação de modelos e hábitos já estabelecidos quanto pelo esforço de inserção de novas condutas, que se julga que devem ser desenvolvidas e são entendidas como adequadas ao momento histórico que se avizinha.

Referências

ALMANAK LAEMMERT: Administrativo, Mercantil e Industrial, 69º ano. Rio de Janeiro: Typ. do Almanak Laemmert, 1913. Disponível em https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=49337. Acesso em 08/12/2024.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. “Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero”. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, 2008, v. 19. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/2110/1731.

BRASIL. *Código Civil 1916. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1916.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BUTLER, Judith. "Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista". *Caderno de leituras* [online]. 2018, n. 78. Disponível em https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedad**e: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASADEI, Eliza Bachega. "Questões de consumo e a feminização da Revista da Semana". *Revista Z Cultural* [online]. Rio de Janeiro, 2017, v. 7. Disponível em https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/questoes-de-consumo-e-a-feminizacao-da-revista-da-semana/. ISSN 1980 9921. Acesso em: 01/12/2024.

CARRIJO, Fabrizia de Souza. "Carlos Malheiro Dias". *Convergência Lusíada* [online]. Rio de Janeiro, 2017, n. 26. Disponível em https://convergencia.emnuvens.com.br/rcl/article/view/140/139. Acesso em 14/10/2024.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". **Estudos Avançados**, São Paulo, 1991, v. 5. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Formação da culinária brasileira: escritos sobre a cozinha inzoneira*. São Paulo: Fósforo, 2021.

GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. *Escrínio, Andradina de Oliveira e sociedade(s): entrelaços de um legado feminista*. 2015. Doutorado (Programa de Pós-graduação em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

GIARD, Luce. "As artes de nutrir". In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce ; MAYOL, Pierre (Orgs.). *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar.* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 211-233.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. "Imprensa feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil". *Projeto História* [online]. São Paulo, 2007, n. 2. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2219/1320. ISSN 2176-2767. Acesso em 31/10/2024.

MACIEL, Maria Eunice. "Uma cozinha à brasileira". Revista Estudos Históricos [online]. Rio de Janeiro, 2004, n. 33. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2217/1356. ISSN 2178-1494. Acesso em 03/12/2024.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In: NOVAIS, Fernando Antônio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

MATTOS, Maria de Fátima. "Representações da Belle Époque - a ilusão e as marcas de uma sociedade em transformação". In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 2, 2006, Campinas, IFCH-UNICAMP, Comunicações, Campinas, 2006. p. 393–397.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. "Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis". *Estudos Feministas* [online]. Florianópolis, 2008, n. 2. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200008/8756. ISSN 1806-9584. DOI: 10.1590/S0104-026X2008000200008.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Débora. *Dos cadernos de receita às receitas de latinha: indústria e tradição culinária no Brasil*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PASTELLETTO, Nielly da Silva. *Emancipar-se é conhecer-se, emancipar-se é realizar-se: a emancipação feminina na Revista da Semana (1927-1934)*. 2021. Mestrado (Programa de Pós-graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. v. 4. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*: *o século XX*. v. 5. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PILLA, Maria Cecilia Barreto Amorim. "Fontes para história da alimentação e patrimônio alimentar: a coluna 'Vamos preparar os quitutes', no Jornal das Moças, nos anos 1950". **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, 2015, v. 10, n. 3, p. 623-635.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1921-1925.

SALIBA, Elias Thomé. "A dimensão cômica da vida privada na República". In: NOVAIS, Fernando Antônio; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 289-366.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. "A alimentação e seu lugar na História". **História**: **Questões & Debates** [online], Curitiba, 2005, n. 42, p. 11-31. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/4643/3797.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 4. ed. Atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade** [online], Porto Alegre, 2017, v. 20, n. 2, p. 71-99. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667.

Submetido em: 09/12/2024

Aceito em 22/01/2025